

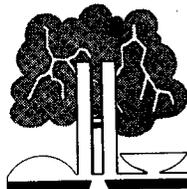
ESCÂNDALO/INVESTIGAÇÕES

Ata de reunião desmente versão de Ibsen

Ex-presidente da Câmara participou da reunião que selou o destino do pedido de CPI em 92

ELZA PIRES
e JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) teve participação decisiva no arquivamento de uma CPI destinada a apurar irregularidades ocorridas em 1991 na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Em 11



de maio de 1992, quando presidia a Câmara, ele participou de uma reunião das mesas do Senado e da Câmara em que foram arquivados nove pedidos de CPI e foi selado o destino da do Orçamento. Ibsen foi o primeiro a assinar a ata da reunião.

O documento, obtido pelo Estado, desmente a versão que Ibsen deu para o episódio durante seu depoimento à CPI do Orçamento, na semana passada. Ele afirmou que não teve culpa pelo arquivamento da investigação. Teria sido uma decisão solitária da mesa do Congresso, então presidido pelo senador Mauro Benevides (PMDB-CE). A reunião de maio de 92 foi realizada às 18h10 no gabinete de Benevides. De acordo com a ata, decidiu-se deixar o caso do Orçamento para a mesa do Congresso, que no mesmo dia, em outra reunião, arquivou a CPI.

Os arquivos do Congresso mostram também que o Senado indicou a tempo os integrantes da CPI que seria criada, mas a Câmara não. O requerimento da CPI foi apresentado em 16 de novembro de 1991 pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA) e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Só na reunião de 11 de

rejeitos radioativos no País - pelo encaminhamento à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias por se tratar de matéria de sua regular competência: Requerimento nº 004/91, do Dep. JACQUES WAGNER, destinado a apurar os fatos noticiados pelos principais órgãos de imprensa no País que denunciam eventuais procedimentos irregulares graves, ocorridos com recursos públicos destinados a serem executados através de convênio com diversos municípios, por parte de membros da Comissão Mista de Orçamento - aprovado para exame da Mesa do Congresso Nacional, por se tratar de matéria de sua competência/ Requerimento nº 01/92, da Deputada JANDIRA FACHINI, destinado a apurar denúncias de irregularidades em órgãos do-

Guido Faria de Carvalho, respectivamente Secretário-Geral da Câmara dos Deputados e Secretário-Geral do Senado Federal, lavram a presente Ata que vai por nós assinada e pelos membros das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Deputado foi o primeiro a endossar decisão das mesas diretoras

maio Ibsen encaminhou os nomes dos deputados que trabalhariam nas investigações, seis meses após o pedido de abertura e no dia em que a CPI acabou sendo arquivada.

Ibsen foi interrogado pela CPI do Orçamento na última quinta-feira. Ao fazer a última pergunta, sobre a data da entrega dos nomes dos deputados em 92, o relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE), quis saber se a lista tinha sido entregue "a destempo" (fora do tempo). Ibsen respondeu que sim. Este ponto do depoimento foi considerado importante por confirmar que, além de ter nomeado vários dos anões da Comissão Mista de Orçamento, Ibsen não se empenhou pela CPI na época.

No depoimento, Ibsen disse que não havia número suficiente de senadores e funcionários para a instalação da CPI em 92. Na reunião de maio de 92, foi dele a idéia de arqui-

var os nove pedidos de CPIs e deixar o caso do Orçamento para a mesa do Congresso. Naquela época, 13 CPIs estavam em funcionamento no Congresso. Benevides argumentou que o número elevado de novos pedidos atrapa-

lhava o trabalho no Congresso. Ibsen concordou e acrescentou que na maioria das vezes as propostas de CPIs escapavam "aos pressupostos regimentais para sua criação, usurpando em muitos casos a competência das comissões permanentes e das mesas diretoras".

JUSTIFICATIVA
FOI A GRANDE
CARGA DE
TRABALHO